**IMPÔSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES — TRANSPORTE DE
MERCADORIA DE UM ESTADO PARA OUTRO**

— *É devido o impôsto de vendas e consignações quando a mercadoria, transportada de um Estado para outro, se destina a revenda.*

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Lima Nogueira & Cia. *versus* Estado de Minas Gerais

**Recurso de mandado de segurança (Embargos) n.º 668 — Relator: Sr. Ministro
ELMANO CRUZ**

ACÓRDÃO

Vistos relatados e discutidos êstes autos de recurso de mandado de segurança n.º 668, ora em grau de embargos, em que é embargante Lima No-

gueira & Cia. e embargado o Chefe do Departamento de Fazenda do Estado de Minas Gerais e outros:

Acordam os Juizes do Tribunal Federal de Recursos, em Tribunal Pleno, e por maioria de votos, em rejeitar os

embargos oferecidos ao acórdão de fls. 439, tudo nos termos dos votos constantes das notas taquigráficas em anexo e que dêste ficam fazendo parte integrante. Custas *ex-lege*.

Rio, 11 de julho de 1952 (data do julgamento). — *Sampaio Costa*, Presidente — *Elmano Cruz*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro *Elmano Cruz* — Ao acórdão de fls. 439, dêste Tribunal, que negou mandado de segurança impetrado por *Djalma Branco S. A.* e outros e que prosseguiu com *Lima Nogueira & Cia.*, contra a Fazenda do Estado de Minas Gerais, opuseram os impetrantes *Lima Nogueira & Cia.* os embargos de fls. 458, assim redigidos: (ler).

Tais embargos foram admitidos pelo despacho de fls. 474 e impugnados pela Fazenda do Estado (fls. 477).

Foram votos vencidos, no acórdão embargado, o do Relator, Ministro Henrique D'Ávila, os dos Srs. Ministros *Cunha Vasconcelos* e *Djalma da Cunha Melo* e o meu.

O voto do Sr. Ministro Henrique D'Ávila, quanto ao mérito, é êste: (ler), fls. 410).

O voto divergente, do Sr. Ministro está assim redigido: (ler, fls. 411).

Com o Sr. Ministro *Alfredo Bernardes* votaram o Juiz *Artur Marinho* e o Sr. Ministro *Cândido Lobo* (fôlhas 413).

Meu voto se encontra a fls. 422.

A Subprocuradoria Geral da República opinou a fls. 486 nestes termos: (ler).

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro *Elmano Cruz* (Relator) — Senhor Presidente, no primeiro julgamento tive oportunidade de pedir vista dos autos e com exame direto do processo proferi o voto que se encontra de fls. 422 a 434, no sentido de negar à firma impetrante o pretendido direito líquido e certo

que ela se atribuiu, para se forrar ao pagamento do impôsto de vendas e consignações, pela venda real do café por ela adquirido em Minas, transportado para essa capital e a cujo pagamento se procura eximir sob a alegação de que êle importava numa bitributação. Em primeiro lugar devo esclarecer ao Tribunal que nestes autos não consta um só documento, um só recibo provando que haja, a firma impetrante, em qualquer época, pago o impôsto de venda e consignações. Se não consta documento comprovando que a impetrante haja pago êsse impôsto, se não há prova disso, não há como falar em bitributação, ainda porque, tratando-se do impôsto de vendas e consignações, o impôsto recairia sôbre tantas vendas quantas fôssem efetuadas com a mercadoria em transação. Não se trata aqui do impôsto que recai sôbre a produção ou sôbre o consumo, mas sim do impôsto que incide sôbre vendas e consignações. Mas, no caso concreto, não há prova de que, em tempo algum, haja a impetrante e embargante pago a qualquer Estado da Federação ou do Distrito Federal o impôsto de vendas e consignações. Portanto, nesta altura, não há que falar em bitributação porque nenhum impôsto foi pago.

O Sr. Ministro *Cunha Vasconcelos* — V. Excia. pode me informar se há prova nos autos de que houve venda do café pela firma ora embargante?

O Sr. Ministro *Elmano Cruz* (Relator) — O que se arguiu é exatamente a inexistência de venda ou consignações. É esta a razão do pedido de mandado de segurança. Arguiu ter havido uma simples transferência de café de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Esta firma, como a embargante, opera no ramo de café e, como é sabido, o impôsto de vendas e consignações recai sôbre as transações efetuadas entre vendedor e o comprador domiciliado no Brasil, território nacional. De maneira que, todo café comprado em Minas é vendido para o exterior — pois nenhum café comprado em Minas vem para o Distrito Federal para ser remetido a outro Es-

tado da Federação — obviamente é para ser embarcado. Todo esse café fica, por força desse artifício chamado *transferência*, isento do pagamento do imposto de vendas e consignações. De modo que o comerciante do café, que é o caso, que não é o produtor, adquire desse produtor do café, na fonte de produção, o café, e não paga qualquer imposto, porque a primeira operação do pequeno produtor é isenta. Somente por esse fato, porque o produtor esteja localizado longe da Exatoria, ele não tem oportunidade de levar o dinheiro em espécie à Exatoria, no momento de receber o preço do café ele desconta o imposto que lhe cabe e o comprador presta-se ao papel de captador ou captor da importância, e nada mais, pois recebe o dinheiro da mão do produtor e o entrega na Exatoria. Tanto pode ser o comprador do café um terceiro, um estafeta. Mas o fato é que, em regra, para facilitar a operação, o produtor, no momento em que entrega o café, desconta do preço de venda o imposto que lhe incumbe pagar, imposto que é recolhido pelo comprador, mas em nome do produtor. Daí porque sempre que aparece um pedido desse nos autos a guia do imposto é extraída em nome do produtor e nem poderia deixar de ser, trata-se de imposto de vendas e consignações, quem vende é o produtor, logo, só a ele cabe recolher o imposto. As próprias guias-padrões impressas pelo Estado só consignam o nome do produtor e nunca do comprador, porque esse imposto é de vendas não de compra. De sorte que, resume-se a isso: não paga imposto em Minas, no momento em que adquire o café, porque não lhe cabe nessa oportunidade recolher o imposto, não paga no Distrito Federal no momento de mandar o café para o exterior, porque nesta altura o imposto não é devido. O café sai, no entanto, do Estado de Minas destinando-se ao exterior. É depositado aqui em nome do comprador, em armazéns gerais, mas para a venda, para o exterior, sem que o comerciante, o intermediário que compra por 10 e vende por 100 — recolha, um

só vintém de imposto nas transações quer ao Erário de Minas, quer ao do Distrito Federal, ainda porque no momento em que o café é colocado aqui, tratando-se de produto originário de Minas Gerais, não pode o fisco exigir nenhum recolhimento.

Nestas condições, reeditando meu voto de fls. 420 a 434 do 2.º volume dos autos, com essas considerações que acabo de fazer, rejeito os embargos para manter por suas conclusões o acórdão embargado.

VOTO-VENCIDO

O Sr. Ministro Cunha Vasconcelos (Revisor) — Sr. Presidente, no voto por mim proferido, por ocasião do recurso a fls. 435, neguei provimento ao recurso. E o neguei pela razão fundamental de que não havia prova do pagamento do imposto em Minas Gerais.

Sr. Presidente, afigura-se-me que meu voto, por ocasião do 1.º julgamento, estava errado e de reconsiderar-se. O imposto só é legítimo em havendo operação de compra e venda. O imposto não é devido em havendo a exportação do produto. Adquirido o café pelo embargante, transportado para o Distrito Federal, pelo simples fato da remoção de um Estado para outro não é devido o imposto. A que título, portanto, vem a cobrança, a exigência da prova do pagamento desse imposto ao desembarque do café? Se esse produto se destina à exportação, o imposto não é devido. E a ordem é de caráter geral: não se entrega o café sem a prova do pagamento.

Ora, Sr. Presidente, essa generalização da ordem lança muito longe o dardo, porque inclui os produtos destinados à exportação, que não estão sujeitos a esse imposto. Não se fez prova, por parte dos embargantes. E só nessa contingência seria devido o imposto. O mandado é requerido precisamente para o efeito de libertação dos compradores do café dessa exigência da prova do pagamento do imposto, genericamente, sem exceção ao desembarque no Distrito Federal.

Modifico meu voto para o efeito de conceder a ordem. Recebo, portanto, os embargos.

Um único argumento surgirá: é se os cafés, ou se a coisa transportada, removida, não se destinar à exportação? Nesse caso, ainda uma prova seria necessária: a de que a coisa já tenha sido vendida pelo comprador primitivo, porque só em caso de venda e consignação é devido o impôsto.

VOTO

O Sr. Ministro Alfredo Bernardes — Sr. Presidente, mantenho o ponto de vista expedido no voto vencido de fôlhos, que proferi por ocasião do primeiro julgamento dêste recurso de mandado de segurança.

Recebo os embargos.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte:

Adiado a pedido de vista do Senhor Ministro João José de Queirós, após haverem votado rejeitando os embargos os Srs. Ministros Relator, Henrique D'Ávila e Djalma da Cunha Melo e recebendo os Srs. Ministros Revisor e Alfredo Bernardes. Impedido o Senhor Ministro Mourão Russel. Não tomou parte no julgamento por motivo justificado o Sr. Ministro Cândido Lobo. Presidiu o julgamento, o Exmo. Senhor Ministro Sampaio Costa.

VOTO

O Sr. Ministro José de Queirós — Sr. Presidente, rejeito os embargos, quero frisar apenas os pontos principais em que me estribo, dado que a questão já foi amplamente discutida e nenhum esclarecimento de maior poderia eu trazer aos debates. Assim, sintetizando, tenho como certo o seguinte:

1.º) o impôsto sôbre vendas e consignações incide tantas vêzes quantas se verificar o ato tributado;

2.º) não importa, por isso, já tenha sido pago uma vez êsse impôsto, mesmo

que recolhido pelo comprador, quando êste o faz em nome do vendedor, o que ocorre em se tratando de produtor rural, como no caso em exame;

3.º) as simples transferências não estão sujeitas ao impôsto, conforme estabelece o art. 2.º, do decreto-lei n.º 915, de 1938, salvo quando essas transferências são feitas, pelo fabricante ou produtor, de um Estado para outro, o que não é a hipótese dos autos;

4.º) as referências a “depósito” e “lugar da operação”, contidas no parágrafo único do art. 1.º do decreto-lei n.º 915, já com a modificação trazida pelo decreto-lei n.º 1.061, de 1939, pressupõem tenha havido a operação, ou seja venda em consignação.

Até aqui, Sr. Presidente, pareceria que os pontos por mim fixados me levaria a conceder a segurança. Há, todavia, uma outra circunstância que me faz concluir diversamente, *data venia*. É a seguinte: no caso concreto, há questão de fato controvertida, qual seja a de que a transferência feita pelos impetrantes possibilitaria, ou encobriria uma transação que restará não tributada, com prejuízo do Estado de Minas Gerais. Afirmam os impetrantes que a venda não foi feita, sem que algo encobrisse a transferência, uma vez que os despachantes do café são os próprios destinatários. Todavia, afirma o Estado de Minas o contrário, ou seja, que a transferência na realidade importa em venda, desde que a firma que despachou os cafés não os vai consumir; adquiriu-os para vender. E a venda, por presunção legal, terá que ser havida como feita no lugar em que estava a mercadoria depositada.

Há, porém, matéria de fato controvertida. E não tendo eu conseguido encontrar, nos autos, elementos positivos que me levassem à convicção num ou noutro sentido, tenho que concluir não ser caso de mandado de segurança, por faltar liquidez e certeza com relação a fato fundamental.

Assim, Sr. Presidente, resumido tudo de modo mais sucinto possível, concluo,

data venia, acompanhando o eminente Ministro Relator.

Rejeito os embargos.

O Sr. Ministro Cunha Vasconcelos — Quer dizer: — nos princípios relativos às questões de ordem geral com aplicação à hipótese. V. Excia. está de acôrdo com os que recebem os embargos. Simplesmente, porque surge, nos autos, controvérsia ou *simples contestação verbal* do Estado que se beneficiará com o impôsto, V. Excia. admite daí dúvida, para negar o mandado àquela firma que comprou o café e que o transferiu para o Distrito Federal em seu nome. Quer dizer: as provas positivas, que no caso só poderiam deixar de influir-se comprovadamente contrariadas, V. Excia. as relega, em razão de dúvida, e dúvida assentada exclusivamente na contrariedade verbal de um interessado.

O Sr. Ministro José de Queirós — Houve afirmação...

O Sr. Ministro Cunha Vasconcelos — V. Excia. está diante de provas documentais que demonstram que o café foi adquirido por A e transferido para A. Contra essas provas documentais, ergue-se, unicamente, a palavra, a arguição verbal da parte interessada de que há, nas dobras dessa transferência, uma venda, de forma alguma demonstrada.

O Sr. Ministro José de Queirós — Vossa Excelência permite? Minha preocupação em ser sucinto terá prejudicado a clareza da minha exposição.

O Sr. Ministro Cunha Vasconcelos — Acredite V. Excia., sinceramente, não fôra o alto aprêço em que tenho, e sempre tive, os seus altos pronunciamentos de juiz, não me permitiria o aparte.

O Sr. Ministro José de Queirós — Agradecendo a V. Excia. a bondosa referência, acrescento, tornando-me mais explícito: realmente, está provado, documentalmente, que a própria firma que embarcou a mercadoria é a sua

destinatária. A contestação que considerarei não é com relação a êsse fato. A simples circunstância de uma firma comerciante de café o despachar destinado a si própria não prova — embora evidenciada nos autos aquela circunstância — que a mercadoria não se destina a revenda. Antes pelo contrário: necessariamente se destinará a revenda. Como contesta a parte contrária...

O Sr. Ministro Cunha Vasconcelos — A parte contrária afirma que já existe uma venda — porque é preciso que exista uma venda para que seja devido o impôsto.

O Sr. Ministro José de Queirós — Vou me permitir ser mais extenso do que pretendia ser. Como V. Excelência afirma é preciso que haja uma venda para ser devido o impôsto, e nisso estou inteiramente de acôrdo com V. Excia. Mas a lei manda presumir essa venda com a simples transferência. Diz o parágrafo único do art. 1.º do decreto-lei n.º 915, modificado pelo decreto-lei n.º 1.061, o seguinte:

“Para os efeitos fiscaes considera-se lugar em que se efetua a operação (venda ou consignação) o em que tem sede o estabelecimento do vendedor ou consignante, seja matriz, filial, sucursal, agência ou representante, com depósito a seu cargo das mercadorias vendidas ou consignadas, salvo quando se tratar de venda efetuada diretamente pelo próprio fabricante ou produtor, caso em que o lugar da operação será aquêle onde foi fabricada ou produzida a mercadoria” (ainda não é a nossa hipótese).

“Nos casos em que houver simples depósito de mercadorias a serem negociadas por estabelecimentos situados em território de Estado diferente (agora, a hipótese em julgamento) o lugar da operação é aquêle em que estiver o depósito onde se encontra a mercadoria”.

Portanto, por fôrça de uma ficção legal, a venda futura terá que ser considerada como efetuada no lugar em

que estiver o depósito onde se encontra, a mercadoria. A ficção legal me leva, portanto, a fazer retroagir os efeitos da operação futura, com relação ao fisco, à situação anterior da mercadoria no depósito onde se achava, uma vez que se trata de transferência de um Estado para outro Estado. A venda será futura, mas por força dessa ficção legal...

O Sr. Ministro Cunha Vasconcelos — Quer dizer então: vai o interessado pagar duas vezes o imposto.

O Sr. Ministro Elmano Cruz — Vai pagar quantas vezes vender. Se vender vinte vezes, pagará vinte vezes.

O Sr. Ministro Cunha Vasconcelos — Eu me temo muito do socorro de V. Excia., em questões controvertidas como estas. A agilidade mental de V. Excia. é realmente de ser respeitada.

O Sr. Ministro Elmano Cruz — Muito obrigado.

O Sr. Ministro Cunha Vasconcelos — Mas essa tese, dificilmente V. Excelência, com todo o seu talento, a mostrará: por uma mesma venda um contribuinte seja obrigado a pagar duas vezes determinado imposto.

O Sr. Ministro José de Queirós — Perdão. Nem o Juiz Elmano Cruz afirmou tal, nem eu o fiz. São vendas sucessivas.

O Sr. Ministro Cunha Vasconcelos — É a consequência a que se chega depois da demonstração de V. Excelência. O depósito do embargante, neste caso, estaria aqui. Então pagaria pela compra que fez em Minas e pela venda que realizasse no momento. Duas vezes. Não é possível. Já em Minas Gerais foi pago o imposto.

O Sr. Ministro José de Queirós — Imposto pela transação efetuada entre o produtor e o primeiro comprador.

O Sr. Ministro Cunha Vasconcelos — Na perplexidade em que V. Excelência está, todos os Juizes se têm encontrado, em virtude dessa legislação.

Devo dizer a V. Excia. que o mais atormentado por ela fui eu, porque dos primeiros que sentenciaram, empregando-a. Sendo Relator na Côrte Suprema o Ministro Orosimbo Nonato, S. Excia. me deu a honra de dizer que eu, realmente, conseguira penetrar nos meandros da mata adensada que constituía essa legislação. E estou dizendo isto porque o Advogado se acha presente e é pessoa das relações do Ministro Orosimbo Nonato, podendo verificar a informação. A legislação de que se trata é, realmente, uma daquelas feitas, apressadamente, por um legislador individual. O sentido mais profundo da lei terá ficado no seu subconsciente e ele o terá pretendido transmitir ao intérprete da forma confusa por que o fez. V. Excelência me permite? Eu só pediria a atenção de V. Excia. para êsse ponto. O entendimento que V. Excia. está dando importa, necessariamente nessa contingência. O embargante comprou o café em Minas Gerais. O imposto foi pago por êle, ou em nome do produtor, ou por êle pelo produtor, fôsse como fôsse. Transferiu a mercadoria para o Distrito Federal, para os armazéns gerais, que existem para isso, em seu próprio nome, evidentemente para aqui vender. Onde a venda nessa simples operação de transferência? Por que vai pagar a Minas Gerais outra vez êsse imposto? Quer dizer, paga duas vezes a Minas e irá pagar uma terceira quando se efetuar a venda no Distrito Federal.

O Sr. Ministro José de Queirós — V. Excia. terá inteira razão, mas eu nem por incompreensão teria avançado demasiado no problema criado pela lei, que é defeituosa, reconheço. Não paga o comerciante de café pela transferência. Está obrigado a pagar o imposto por uma venda realmente futura, mas a lei estabelece que êle é devido ao Estado onde se acha situado o depósito. Ora, a única oportunidade que tem o Estado de cobrar êsse imposto de venda que, se fará de futuro, é por ocasião do embarque, quando deixa a mercadoria o depósito.

O Sr. Ministro Cunha Vasconcelos
— Aí V. Excia. chega a esta conclusão necessária: o Distrito Federal não recebe o impôsto.

O Sr. Ministro José de Queirós
— Pela lei, não cabe ao Distrito Federal êsse impôsto, mas ao Estado de Minas, onde se achava a mercadoria depositada.

O Sr. Ministro Cunha Vasconcelos
— A venda é efetuada aqui.

O Sr. Ministro José de Queirós
— A venda é efetuada aqui, mas se considera feita em Minas, no local onde estava depositada a mercadoria. E isso por fôrça de dispositivo legal expresso, para fins de tributação.

Sr. Presidente, com a vênia pedida e mais do que nunca devida ao eminente Sr. Ministro Cunha Vasconcelos, reitero a conclusão do meu voto no sentido de rejeitar os embargos.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte:

Rejeitaram os embargos por maioria de votos, contra os dos Srs. Ministros Revisor e Alfredo Bernardes. Os Senhores Ministros Henrique D'Ávila e Djalma da Cunha Melo acompanharam as conclusões de voto do Sr. Ministro Cândido Lobo. Impedido o Sr. Ministro Mourão Russel. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Sampaio Costa.